

VOTO

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES (RELATOR): Os embargos de declaração, protocolados por advogados constituídos, foram opostos no prazo legal. Conheço do recurso.

Registro, de início, que ambiguidade, omissão, contradição e obscuridade são as hipóteses exaustivas de cabimento dos embargos de declaração previstas no art. 619 do Código de Processo Penal (RHC 79.952 ED, ministro Celso de Mello; AP 892 ED-ED, ministro Luiz Fux; AP 863 AgR-ED, ministro Edson Fachin; e AP 968 ED, ministro Luiz Fux), possibilitada, ainda, a correção de evidente erro material (ARE 1.164.244 ARE-AgR-ED, ministro Luiz Fux; HC 189.272 AgR-ED, ministro Roberto Barroso).

No caso, a omissão apontada refere-se à ausência de apreciação de questão de fato apresentada pela defesa (eDoc 112) acerca da existência de coisa julgada envolvendo a matéria impugnada (prova ilícita) neste recurso extraordinário.

Com efeito, o acórdão embargado não se manifestou sobre a aludida questão fática, que, veiculada em momento anterior ao encerramento da sessão virtual, poderia, em tese, influenciar no resultado do julgamento do agravo interno, em evidente prejuízo ao ora embargante.

Desse modo, reconheço a omissão e passo a apreciar o ponto omissivo.

O embargante alega o que se segue (eDoc 112):

Esta defesa acaba de ser informada pelos causídicos que atuaram no RE 1393421, que naquele feito, idêntica questão tratada no presente recurso foi decidida a favor do Recorrido, com trânsito em julgado no dia 17/08/2022.

As matérias tratadas em ambos os Res são idênticas, trata-se em apertada síntese na discussão sobre a ilicitude de provas obtidas mediante violação de domicílio por forças policiais. A ilicitude das provas foi reconhecida em dois habeas corpus julgados em conjunto perante o TRF2.

O MPF interpôs RE perante ambos, sendo que o RE 1393421 transitou em julgado considerando as provas ilícitas, e o Atual RE 13923423 está com julgamento em sessão virtual aberta.

Ocorre que um possível provimento ao recurso irá gerar contradição havendo decisões conflitantes sobre a mesma situação fática.

Pois bem. Observo que ambos os recursos extraordinários interpostos pelo Ministério Público Federal (RE 1.393.421, ministro Edson Fachin e RE 1.393.423, de minha relatoria) impugnam o mesmo acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (eDoc 45).

No caso do corrêu, consulta ao portal eletrônico do Supremo revela que o RE 1.393.421 teve o seguimento negado pelo ministro Edson Fachin, mediante decisão transitada em julgado, sem recurso do Ministério Público Federal, em 17 de agosto de 2022.

Assim, a ilicitude da prova, reconhecida pelo Tribunal local e questionada no RE 1.393.421, acabou acobertada pela coisa julgada.

Entendo que as situações fáticas e processuais apresentadas pelo embargante são idênticas àquelas relativas ao corrêu Vanderson Peres Jose, notadamente quanto à ilicitude da prova obtida ante a apreensão das drogas, bem como às demais provas dela derivadas, no âmbito da ação penal n. 5110372-24.2021.4.02.5101, em curso na 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro, conforme prescrito no art. 580 do Código de Processo Penal.

Desse modo, a coisa julgada formada no RE 1.393.421, em favor de corrêu, beneficia o ora embargante.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, com efeitos modificativos, para negar provimento ao agravo interno.

É como voto.